

Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

# A Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política



Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

# A Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F723 A formação docente nas dimensões ética, estética e política 1  
[recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. –  
Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Formação Docente  
nas Dimensões Ética, Estética e Política; v. 1)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-568-6  
DOI 10.22533/at.ed.686190209

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Ética. 3. Professores –  
Formação – Brasil. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.71

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A obra “A formação Docente nas Dimensões Éticas, Estética e Política 1” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

Atualmente, o modelo de desenvolvimento econômico, o processo de globalização, os avanços tecnológicos, que geram rápidas e constantes mudanças em todos os setores da sociedade, têm exigido das instituições, principalmente da escola, maior eficácia, produtividade, qualidade e competitividade, suscitando a necessidade de profissionais competentes e atualizados, capazes de assumir os diferentes papéis no mercado de trabalho e no contexto em que vivem.

Os saberes adquiridos nas formações iniciais já não oferecem suporte para exercer a profissão com a devida qualidade, como acontecia até pouco tempo, conforme alude Lévy (2010, p.157): “pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início do seu percurso profissional, estarão obsoletas no fim da sua carreira”.

Na atividade docente torna-se ainda mais premente que ocorra a formação continuada, pois o ofício de professor não é imutável, suas mudanças incidem principalmente pelo surgimento e a necessidade de atender as “novas competências”. Este ofício vem se transformando, exigindo: prática reflexiva, profissionalização, trabalho em equipe e por projetos, autonomia e responsabilidades crescentes, pedagogias diferenciadas, sensibilidade à relação com o saber e com a lei. Tudo isso leva a um repensar da prática e das competências necessárias para o desempenho do papel de educador.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

Conforme Imbernón (2001) a formação continuada, entendida como fomento do desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos professores, eleva o trabalho para que ocorra a transformação de uma prática. Tal prática está para além das atualizações científicas, didáticas ou pedagógicas do trabalho docente. A formação continuada supõe uma prática cujo alicerce é balizado na teoria e na reflexão para a mudança e a transformação no contexto escolar. Dessa forma, os professores passam a ser protagonistas de sua história, do seu fazer pedagógico, e de uma prática mobilizadora de reflexão sobre tudo o que vêm realizando (Nóvoa 1999; Schon 1997).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem

provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola em sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade. Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A (RE)CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS PEDAGÓGICA: DESAFIOS ATUAIS DA EDUCAÇÃO	
Ayala de Sousa Araújo Anderson Nildo dos Santos de Jesus Rafaela Caroline Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6861902091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
A CONTRIBUIÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO CICLO ALFABETIZADOR, EM SERRA DO MEL- RN	
Themis Gomes Fernandes Maria Kéllia de Araujo Francisca Erenice Barbosa da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6861902092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
A EDUCAÇÃO EM SAÚDE PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Manoel Messias Santos Alves Bruno Meneses Rodrigues José Elyton Batista dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6861902093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS NO SÉCULO XIX NA PROVÍNCIA DE SERGIPE	
Maria dos Prazeres Nunes Simone Silveira Amorim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6861902094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
A FOTOGRAFIA NA DOCÊNCIA DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	
Adeilton Santana Nogueira Éverton Gonçalves de Ávila Vera Maria dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6861902095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Viviane Novaes de Souza Leandro dos Santos Camila Mota Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6861902096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
A LITERATURA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO LEITOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Nailson dos Santos Almeida Suely Cristina Silva Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6861902097</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
A POPULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS EM FUNÇÃO DA ASTRONOMIA SOLAR	
Caio Crespo Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.6861902098	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>89</b>
A PROBLEMÁTICA DO <i>BULLYING</i> NA ESCOLA: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA A GESTÃO E A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	
Lucyvânia D'arc Duarte Ribeiro	
Raimunda Rita de Cássia Nascimento Silva	
Sandra de Sousa Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.6861902099	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>98</b>
A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: AS CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM OS DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS NO COTIDIANO ESCOLAR	
Paloma Rezende de Oliveira	
Joselaine Cordeiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.68619020910	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
ABORDAGEM DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PRESENTE NO CONTEÚDO GENÉTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA	
Franciane Silva Lima	
Hellen José Daiane Alves Reis	
Andréa Martins Cantanhede	
DOI 10.22533/at.ed.68619020911	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>123</b>
AS COMPETÊNCIAS DO GESTOR EMPREENDEDOR PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PELOS PROFESSORES E ALUNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Ada Mônica Santos Brito	
DOI 10.22533/at.ed.68619020912	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>134</b>
ATUALIZAÇÕES DIDÁTICAS: DE TRAJANO À FOTOGRAFIA INTELIGENTE	
Adeilton Santana Nogueira	
Éverton Gonçalves de Ávila	
Daniel Bramo Nascimento de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.68619020913	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	
Danise Vivian Gonçalves dos Santos	
Eunice Maria da Silva	
Renata Aparecida Dias Alexandre	
DOI 10.22533/at.ed.68619020914	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>158</b>
BIOÉTICA NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA: A IMPORTANCIA DA EMPATIA E DA PERCEPÇÃO	
Vinícius Lurentt Bourguignon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68619020915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>195</b>
BLOCOS DE MONTAGEM COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Camila Mendonça Romero Sales	
Arthur Rezende da Silva	
Diego da Silva Sales	
Aline Pires Vieira de Vasconcelos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68619020916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>203</b>
CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DE SI: COMPARTILHANDO O TRABALHO NAS TURMAS DE AEE	
Andréa de Sá Rocha Nogueira	
Geórgia Oliveira Costa Lins	
Hildiana Maria Gomes Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68619020917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>213</b>
DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI: DO QUADRO À TELA	
Elizabeth Danziato Rego	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68619020918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>227</b>
DIÁLOGOS ENTRE CINEMA, FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E INFÂNCIA	
Larissa Ferreira Rodrigues Gomes	
Fabiola Alves Coutinho Gava	
Maria José Rassele Soprani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68619020919</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>236</b>
EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO UM ATO DE INCLUSÃO	
Maria Aparecida dos Santos Siqueira	
Julia Tadeu Silva dos Santos e Paula	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68619020920</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>247</b>
EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Leandro dos Santos	
Viviane Novaes de Souza	
Elisson Souza de São Jose	
<b>DOI 10.22533/at.ed.68619020921</b>	

**CAPÍTULO 22 ..... 257**

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID BIOLOGIA DA UFRR

Wilma Lima Lira

Jairo Ferreira de Oliveira

Lucilia Dias Pacobahyba

Maria Aparecida Neves

Silvana Tulio Fortes

**DOI 10.22533/at.ed.68619020922**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 267**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 268**

## A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS NO SÉCULO XIX NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

**Maria dos Prazeres Nunes**

Universidade Tiradentes (UNIT)

Aracaju-SE

**Simone Silveira Amorim**

Universidade Tiradentes (UNIT)

Aracaju-SE

**RESUMO:** Essa pesquisa objetiva investigar como se deu a implantação do ensino para jovens e adultos na província de Sergipe, na década de 1870, período inicial das aulas em Sergipe, no século XIX, tendo como premissa a noção de que educação no período imperial buscou implementar, transformações nas escolas, oportunizado educação e instrução também aos jovens e adultos. Quanto à metodologia, abordamos nessa composição as ideias vinculadas aos conceitos de Elias (1994) relacionados à sociedade e indivíduo. Tendo sido utilizadas fontes bibliográficas, anúncios de jornais e relatórios de presidentes de província. Constatou-se que a escolarização de jovens e adultos visava uma educação voltada para as atividades profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de Jovens e Adultos. Província de Sergipe. Escola Noturna.

PRIMARY EDUCATION FOR YOUTH AND  
ADULTS IN THE NINETEENTH CENTURY IN THE

PROVINCE OF SERGIPE

**ABSTRACT:** This research aims to investigate how the implantation of teaching for youths and adults in the province of Sergipe in the 1870, the initial period of classes in Sergipe in the XIX th century, was based on the notion that education in the imperial period sought to implement, Transformations in schools, educational and educational opportunities for young people and adults. As for the methodology, we approach in this composition the ideas linked to the concepts of Elias (1994) related to society and individual. Bibliographical sources, newspaper ads and reports of provincial presidents were used. It was verified that the schooling of young people and adults aimed at an education focused on professional activities.

**KEYWORDS:** Youth and Adult Education. Province of Sergipe. Night school.

### 1 | INTRODUÇÃO

O período Imperial buscou alternativas básicas para melhor a escolarização brasileira, através da criação de leis constitucionais, fundamentais para a organização do ensino público, que foi a base estrutural da educação primária e secundária do Brasil. Nessa perspectiva, a constituição brasileira de

1824 contribuiu para o desenvolvimento do ensino público primário, ampliando as oportunidades de alfabetização. Conforme Nunes (1984) foi estabelecido, no item 32 do art. 178, a seguinte premissa: “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. (NUNES, 1984, p.39).

A promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827 estabeleceu que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escola de primeiras letras e, após o Ato Adicional de 1834, a educação passou a ser responsabilidade dos governos provinciais, tanto o ensino primário quanto o secundário. Em 1854 foi criado o Regulamento, Decreto, nº 1.331-A conhecido como Couto Ferraz, cuja proposta era reformar o ensino primário e o secundário. Como regulamento orgânico da instrução pública da província sergipana, de 24 de Outubro de 1870, estando à frente o presidente Francisco José Cardoso Júnior, ocorreu mudanças significativas no ensino público em Sergipe.

Assim, a educação foi moldando os interesses tanto do setor público como no privado, tendo em vista as necessidades de instrução de ensino na sociedade das camadas subalternas, pois essa seria uma forma de elevar a imagem do Brasil, assim como de seus governantes, já que as reivindicações de libertação dos escravos e mudança no sistema de governo para republicano começavam se fortalecer. Portanto, era necessário prover essas camadas da sociedade com educação.

Assim, um dos avanços desse período foi à criação do curso que proveria aulas para jovens e adultos. Percebendo as necessidades da instrução escolar, o governo imperial incentivou-os para atuar no comércio e sociedade industrial, principalmente para aqueles que se dedicavam ao trabalho diário. Conforme Costa, “escolas noturnas de instrução primária, destinadas a arraia miúda, aos homens livres pobres se vêem marcadas por uma aura de não oficialidade”. (COSTA, 2011, p. 5013).

Em Sergipe, a instrução primária no ensino para Jovens e Adultos foi oficializada no governo do presidente da província Antônio Candido da Cunha Lobão. Em 1871 foi criado o curso de aulas noturnas, na capital sergipana e também no interior. Percebendo a necessidade da instrução escolar para a sociedade, principalmente para aqueles que se dedicavam durante horas do dia ao trabalho.

O ensino noturno primário compunha as seguintes disciplinas: Moral e Religião, Leitura e noções gerais de Gramática Nacional, Aritmética e Geometria, estudo do processo de peso e medida, Desenho Linear, noções gerais de comércio, inclusive escrituração mercantil, além de História do Brasil e Sergipe. (SERGIPE, 1871, p. 3).

Sergipe possuía uma estrutura no ensino primário diurno nas principais vilas, como Itabaiana, Lagarto, Vila Nova, Estância, Laranjeira, Propriá. Através do regulamento orgânico da instrução pública da província sergipana, de 24 de Outubro de 1870, tendo com o presidente Francisco José Cardoso Júnior, a educação ampliou-se efetivamente foi através das aulas noturnas para jovens e adultos, trabalhadores, ofertadas pelo poder público, e também por iniciativa privada, em associações comerciais e meio Rurais.

Esse texto constitui-se em uma pesquisa sob a matriz historiográfica da nova história cultural (Burke, 2008; Chartier, 2002; Elias, 1994), tendo em vista a importância da utilização das novas fontes históricas, como anúncios de jornal, e auxiliando na elaboração de narrativas na escrita das reconfigurações históricas. Também foram utilizadas fontes bibliográficas, e relatórios de presidentes de província.

## 2 | A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NOTURNA PARA JOVENS E ADULTOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

A educação para jovens e adultos no século XIX teve, inicialmente, incentivada iniciativa privada. Para essa prática de ensino eram oferecidos cursos noturnos de alfabetização primária com o objetivo de instruir o indivíduo para atuar no comércio.

O ensino de jovens e adultos dos cursos noturnos seguiu o mesmo método de ensino das escolas diurnas, sendo utilizado o método Lancasteriano. Para atender a falta de professor capacitado, essa metodologia de ensino, também conhecida como “Ensino Mútuo” ou monitorial, tinha como objetivo, utilizar pouco recurso, em pouco tempo e ensinar um maior número de alunos com qualidade.

Seus criadores foram Andrew Bell e Joseph Lancaster. De acordo com a proposta, o professor ensinava a lição a um ‘grupo de meninos mais amadurecidos e inteligentes’. Os alunos eram divididos em pequenos grupos, os quais recebiam a ‘lição através daqueles a quem o mestre havia ensinado’. Assim um professor poderia ‘instruir muitas centenas de crianças’ (CASTANHA, 2012, p. 2).

A escola primária na província de Sergipe tinha a mesma organização educacional imperial. As instituições escolares, segundo Santana (2015, p. 38) propunham “[...] o ensino mútuo nos locais populosos, em edifícios apropriados e equipados para tal fim, alertando para a importância da formação dos professores”, como forma de fortalecer a educação.

A educação de jovens e adultos ganhou corpo no final do século XIX, no Brasil, assim como na Europa. Houve um movimento marcado pelas mudanças sociais decorrentes do surgimento do processo de industrialização e o crescimento constante Urbano, fatores que pressionaram o poder público a criar meios de escolarizar o povo, capacitando-o para o trabalho.

A educação de adultos deu-se de forma assistemática até o século XVIII. Foi a partir do século XIX, que se organizou em diversas instituições com a preocupação pela formação profissional, física e cultural. [...] ‘educação de pessoas adultas ocorreram na transição do século XVIII para o século XIX, período marcado pelo embate político e cultural entre o liberalismo, a restauração monárquica e os movimentos operários nascentes’. Influenciados pela Revolução Francesa e pelo Iluminismo, os liberais reformistas centralizaram em suas propostas de reforma a instrução pública como instrumento de progresso. (CORREIA, 2011, p.59).

No entanto, como uma missão do progresso e civilização da nação brasileira. A educação para jovens e adultos, era destinada aos adultos e meninos que já trabalhavam e se viram impedidos de frequentar as escolas diurnas. Suas profissões

eram geralmente de trabalhadores autônomos: quitandeiro, artista, caixeiro, tamanqueiro, carpinteiro, jornaleiro, charuteiro, trabalhador de lavoura. Era uma forma também convivência em sociedade e entre alunos e professores, sendo que “saber como viver numa escola é tão importante quanto saber ensinar na sala de aula” (TARDIF, 2014, p. 70). A conduta de convivência social dos valores éticos e morais eram também ensinadas nas escolas provinciais e, conforme Amorim,

A instrução no mundo das letras e a inculcação de comportamento adequado à formação dos ingênuos era pautada nos modelos civilizatório do final do século XIX, sendo que a escola objetivava fornecer conteúdo mínimo de instrução e propiciar as crianças à prática dos valores morais, patrióticos e religiosos. (AMORIM, 2012, p.16)

As aulas noturnas que foram instituídas em várias províncias do Brasil, após ser oficializada pelo Império em 1878 como no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Alagoas Maranhão e Sergipe, favoreceram os indivíduos que buscavam suprir suas necessidades de subsistência individual e familiar. Tinha como pioneira no incentivo do ensino de instrução primária a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do setor privado.

Na província de Sergipe a instrução para o ensino público noturno, criada pelo Presidente Antônio Candido da Cunha Leitão, percebendo a urgência da necessidade de disseminar a instrução para todas as classes da sociedade sergipana, principalmente para os se dedicavam as horas do dia ao trabalho, no intuito de promover a província a um destaque social, beneficiando as classes laboriosas, ofertou aos sergipanos a oportunidade de estudar e aprender a ler e escrever.

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e de certo não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos ‘sociedade’ (ELIAS, 1994, p. 21).

Para facilitar a aquisição do conhecimento útil, Cunha resolveu criar o curso noturno na capital para jovens e adultos, sendo aprovado pela assembleia legislativa provincial, contribui na formação educacional popular. Esse foi o principal objetivo do presidente da província de Sergipe, o qual pretendia elevar a província de Sergipe à melhor altura possível em termos de educação. (RELATÓRIO 1871, p. 3)

Antônio Cândido da Cunha Leitão foi o primeiro presidente provincial a criar aulas noturnas legalizadas. Em 1871, sendo presidente da província de Sergipe, criou por ato seu, escolas noturnas na capital e nas cidades mais populosas da província. Em 1872 Cunha Leitão também criou escolas públicas noturnas em todas as cidades e vilas da província da Corte, Rio de Janeiro. Apresentou um projeto na assembleia legislativa que pelos seus esforços tornou-se lei dessa província. Conforme as informações de Costa (2007) “as primeiras escolas noturnas foram

criadas em 1868 no Maranhão, depois em Sergipe e na Corte”.

A disputa se localiza na definição de quem são os verdadeiros defensores da educação do povo, vista de forma naturalizada como ação positiva das ‘luzes da razão’, uma única razão, contra as ‘trevas da ignorância’. Tal disputa pode ser observada nas cartas do conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha ao Sr. Dr. Cunha Leitão, ex-presidente das províncias do Rio de Janeiro e Sergipe. A carta faz referência ao modelo político norte-americano, exaltando a civilização material, o liberalismo e progressismo daquela nação. Tais valores não dependeriam, para o autor, um defensor da monarquia, da forma republicana. Ao contrário, no Brasil, monarquistas como Cunha Leitão estariam mais próximos dos referidos valores que os republicanos. (COSTA 2007, p.65).

Como o 37º presidente da província de Sergipe, Antônio Cândido da Cunha Leitão tomou posse de 11 de maio de 1871. Em 10 de junho de 1871 instituiu as aulas noturnas na capital, Aracaju, e em vários pontos da província. As ofertas das aulas noturnas eram principalmente para os trabalhadores que não podiam estudar durante o dia, mas tinham o desejo de aprender a ler e escrever. De acordo com Nunes, “Cunha Leitão foi o iniciador desse curso de aula noturna em anexo a escola Atheneu e em agosto do mesmo ano foram criados também cursos noturnos em Estância, São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim e Propriá”. (NUNES 1984, p.118).

### 3 | O ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR NOTURNO CRIADO POR CUNHA LEITÃO

O ensino primário de primeiras letras das escolas noturnas tinha um regulamento para que ocorresse o funcionamento das aulas para adultos e jovens. O espaço escolar fornecido inicialmente, na cidade Aracaju foi uma das salas do Colégio Atheneu sergipense em anexo. O ensino só podia funcionar a partir de 10 alunos matriculados frequentemente de forma alternadas, ou seja, uma noite, sim, outra, não. A matrícula era gratuita e podia ser feita em qualquer tempo, ou semestre, sendo que as aulas começavam sempre às 18 horas e terminavam às 21 horas. O quadro a seguir demonstra as instruções e disciplinas.

1º	Moral e Religião, Leitura e Escrita, noções gerais de Gramática da Língua Nacional, elementos de Aritmética e Geometria, estudo do sistema de Peso e medidas do Império.
2º	Desenho Linear com aplicações às artes e construções
3º	Geometria Nacional e análise dos clássicos
4º	Noções gerais de Comércio, inclusive escrituração mercantil por partidas dobradas.
5º	Francês
6º	História do Brasil, especialmente de Sergipe, e explicações sucintas da organização política do Império.

Quadro 01 - A instrução primária elementar compreendia os seguintes preceitos:

Fonte: Relatório1871, p.3

A instrução pública primária noturna era administrada por Manoel Luís, Diretor Geral da Instrução pública. O qual assumiu o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública da Província sergipana, a partir de 1870, até 1875. A organização da instrução pública consistia na utilização conjunta das escolas, bem como na aplicação do sistema da instrução obrigatória, inspeção e disciplina das aulas.

Manuel Luís Azevedo d'Araújo foi um desses grandes educadores, dotado de particularidades que o tomaram o indivíduo mais capaz de servir às grandes necessidades sociais de sua época [...] foi ele o iniciador, entendido como o que vê mais longe que os outros e o que deseja fortemente. Sua atuação na vida educacional de Sergipe, como Diretor-Geral da Instrução de 1870 a 1875, através de atos escudados em ideias progressistas, abriu novos caminhos, apontou novos horizontes. (INEP, 1984, p.21).

No meio rural também eram ministradas aulas noturnas de primeiras letras em Santa Luzia – no Engenho Novo, pelo professor João Manoel Madureira. Lavradores frequentavam essas aulas. A família do coronel Martins Fontes recebia instrução escolar diurna pelo o professor citado. Porém, à noite, os trabalhadores empenhados em aprender a ler e escrever recebia gratuitamente as instruções da língua portuguesa, sendo a sua a primeira iniciativa na província. (**Jornal do Aracaju**, Sergipe, ano 3, n. 23.257, 3 abril. 1872, p.1, col. 3).

Antônio Candido Cunha Leitão priorizou a educação popular. Ele, além de criar o curso de ensino noturno nas cidades mais populosas da província sergipana, criou aulas também no presídio na capital, Aracaju, para instrução dos presos, contrariando os que não concordavam. “A escola funcionava três horas por dia e tinha que ter duas turmas. O professor era funcionário do próprio presídio e recebia trinta mil reis por mês”. (SERGIPE, 1871, p. 9).

Conforme os relatos enunciados nos *Jornal do Aracaju* (1872) houve a aprovação do parecer da comissão de orçamento que afirmava serem as câmaras das cidades responsáveis em prover o pagamento dos professores do curso noturno estabelecido pelo art. 3º do regulamento 24 de outubro de 1870. O Corpo Legislativo Provincial publicou o manifesto sobre ensino primário na casa de detenção e causou impacto social.

Assim o desejo de dar instrução aos presos, para atingir o rigor da pena, ao delinquente, como para reerguer o estado de regeneração do crime, marcou a história do presidente Cunha Leitão. Apesar de seus esforços, Nunes (1984) menciona que a passagem dele pela presidência da Província foi de curto prazo.

A sensibilidade aos problemas sociais marcou atuação do Dr. Antônio Cândido da Cunha Leitão na breve presidência, como atestam a criação de uma aula na cadeia e a justificativa do ato. Sua saída imediata do Governo fez, porém, que só mais tarde comesçassem as aulas. [...] o Exmo. Sr. Dr. Antônio Candido da Cunha Leitão, entregou a administração da província no dia 11 de Agosto de 1971 ao Exmo. Sr. Dr. Dionísio Rodrigues Dantas 2º Vice-Presidente. (NUNES, 1984, p. 118).

A atuação do Presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão, mesmo em curto

prazo, sobre a educação deixou seu legado. Fundou o ensino noturno para jovens e adultos e a continuidade de seu trabalho permaneceu na administração do seu Vice, Dionísia Rodrigues Dantas, à frente da presidência da província sergipana.

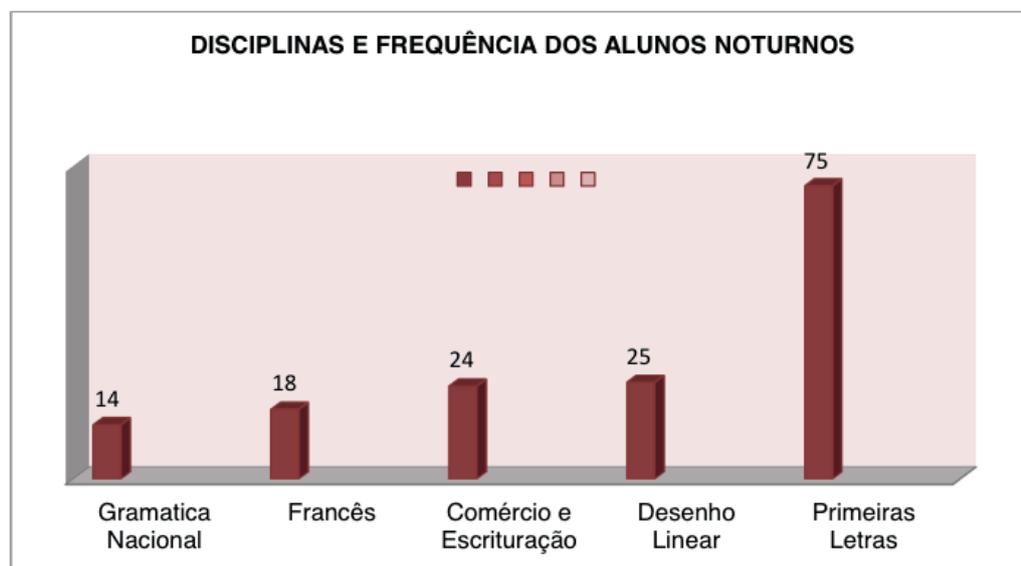


Gráfico 01- as instruções das primeiras letras mais frequentes eram:

Fonte: Relatório (1871, p.5)

Na cidade de Laranjeiras foi criado, também, curso noturno para os trabalhadores operários, em 1871. Conforme as informações de Romão (2000), “Laranjeiras aquelas relíquias de curso noturno criado pela sociedade Monte Pio das Artes, cuja instituição pagando a província o respectivo professor”. Em 1875 foi criada outra escola, aglutinando os trabalhadores da capital. (ROMÃO, 2000, p.43).

Monte pio era uma evidencia no incentivo da instrução primaria. O homem que tinha as mãos rôtas precisava que o ensinassem a ler escrever e somar. No entanto a instrução pública primária também recebeu contribuições muito proveitosas, através de iniciativas de “associações que contribuíram com o estabelecimento das escolas para as camadas populares e do ensino pela caridade, que não era conhecido pela nação, mas que aquela perfeição tivesse uma razão de ser um ideal um modelo”. (**Jornal do Aracaju** 1875 n°1072, p.33.)

As escolas noturnas no final do império foi um avanço, marcado pela chegada da indústria. O ensino noturno se configurava como base aliada do progresso. Assim, as cidades foram se desenvolvendo, principalmente as capitais. Núcleo de concentração habitacional proporcionava uma circulação de mercadorias de consumo mais forte. Necessário a todas as classes circulantes, entre rico e pobre. Onde o trabalho é a base de manutenção e subsistência do individuo.

Período imperial buscou o fortalecimento do país, ofertando à instrução do ensino primário noturno as classes populares, trabalhadores. Instruir o indivíduo para atuar numa profissão, além de incentivar que não tinham uma profissão de ganho,

para sua sustentabilidade, tanto nas áreas comerciaria como nos setores industrial.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas de ensino primário noturno foram criadas com a finalidade de uma educação baseada nas necessidades do indivíduo, saber pelo menos, os conhecimentos da instrução das primeiras letras de alfabetização, necessário ao saber ler e escrever e somar. Capaz de ser inserido no trabalho comercial

Os saberes variados a fim de capacitar o indivíduo para atuar no comércio e também na indústria, estavam em desenvolvimento nos centros urbanos, já que o número de analfabetos era bastante elevado, devido à exploração das classes populares nas lavouras de monocultura pertencentes aos grandes, proprietários de fazendas, as quais as atividades braçais, dos trabalhadores começavam na infância, tornando difícil o acesso à escolarização.

A educação primária brasileira como podemos perceber, era voltada para os filhos da elite burguesa. A classe popular não tinha condições de manter escolas para seus filhos, principalmente os que viviam no meio rural. Apesar das propostas, na carta constitucional, estabelecerem o ensino para todos.

Sergipe, assim como outras províncias brasileiras, teve o mesmo processo educativo, mas com mudanças principalmente na década de setenta do século XIX com a criação de aulas para os adultos. Através da criação do ensino noturno, criado pelo presidente Antônio Candido da Cunha Leitão.

Dessa forma, a oferta do ensino noturno contribuiu para melhorar a educação da classe popular, através da criação das escolas noturnas, como um meio de qualificar os trabalhadores em curto prazo, para ser inserido nas atividades comerciais principalmente dos centros urbanos, assim alavancar o progresso do Estado Imperial e das províncias.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)**. 2012, 240f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Góes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?** São Carlos-SP: UFSCar, 2007. [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Historia\\_da\\_Educacao/Trabalho/04\\_34\\_32\\_1257-6384-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Historia_da_Educacao/Trabalho/04_34_32_1257-6384-1-PB.pdf).

CORREIA, Marilza da Silva. **A Educação Popular no Brasil Império: as Primeiras Iniciativas de Escolas Noturnas em Alagoas (1870-1889)**. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal de Alagoas. 2011 [WWW.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu](http://WWW.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu)

COSTA, Ana Luiza Jesus da. **As escolas noturnas do município da Corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889)**. *Educ. Soc.* [online]. 2011, vol.32, n.114, pp.53-68. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000100004>.

\_\_\_\_\_. **À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)** Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Universidade do Estado do Rio Janeiro 2007.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: A história entre incertezas e inquietude**. Tradução, Patrícia Chittone Ramos - Porto Alegre: UFRGS, 2002.

BRASIL, **Decreto Nº 1.331-A. 17 de Fevereiro de 1854** (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Página 45 Vol. 1 pt. I ).<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro>. Pesquisa 05 de Outubro 2016.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Edição brasileira: Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro - RJ, 1994.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: Monografias Premiadas** - Brasília 1984. História da Educação Brasileira<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002498.pdf>. Pesquisa realizada em 22 de Setembro de 2016.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Editora: Paz e Terra; Rio de Janeiro. 1984.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na Trama da História: O Movimento Operário de Sergipe 1871 a 1935**. Editora J. Andrade Ltda. Aracaju- SE, 2000.

SANTANA, Leyla Menezes de. **Os professores Primários em Sergipe: Rupturas e Permanências no Ofício Docente (1827-1838)**. Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Universidade Tiradentes. Aracaju - SE: 2015.

SERGIPE, **RELATÓRIO 1871**. Provincial Presidential Reports (1830-1930): - <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Pesquisa realizada: 05 de Agosto de 2016 a 8 de Fevereiro 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. Ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JORNAL DE ARACAJU. **Sergipe 1872, n.13.247, Ano III**, quinta-feira, 7 de março. p. 1, c Idem, Sergipe, n.23.257Ano III, , quarta-feira, 3 de abril . p. 1, col. 3.

JORNAL DE ARACAJU. **Sergipe 1875**. nº 1072, p.33

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise 83, 84, 98, 110, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 156, 213, 217, 219

Aprendizagem 22, 57, 107, 145, 157, 192, 201, 212

### C

Cultura 9, 27, 171, 192

### D

Desafios 2, 3, 253

Diversidade 213, 255

Docência 225, 257, 258, 259, 260

### E

EAD 133, 213, 236

Educação 1, 2, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 35, 36, 38, 45, 46, 47, 53, 57, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 78, 79, 80, 89, 99, 100, 101, 102, 109, 110, 112, 121, 122, 123, 124, 126, 131, 132, 133, 145, 146, 147, 148, 151, 156, 158, 193, 204, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 245, 247, 248, 253, 254, 255, 258, 260, 264, 265, 266, 267

Educação Sexual 267

Empoderamento 242

Ensino 10, 11, 16, 17, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 36, 40, 63, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 123, 125, 151, 191, 192, 198, 202, 223, 227, 229, 258, 260, 265, 266

Escola 17, 38, 60, 61, 89, 96, 126, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 143, 145, 146, 238, 255, 259, 260, 261, 263

Estética 2, 5

Ética 2, 190, 192, 193

Experiência 257

### F

Formação 2, 1, 2, 9, 10, 12, 13, 59, 68, 132, 213, 225, 227, 228, 229, 247, 257, 265, 267

### G

Gênero 246

Gestão 10, 14, 89, 93, 110, 123, 132, 133, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 225, 265

## **I**

Inclusão 1, 212, 255

Indivíduos 46

Informação 25, 51, 76

Intuir 134

## **L**

Ler 142

## **M**

Magistério 132

## **P**

Pedagogia 9, 21, 23, 68, 70, 89, 96, 147, 151, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 245, 255, 267

Perspectivas 253

Pesquisa 18, 19, 20, 36, 46, 100, 110, 123, 190, 212, 213, 225, 227, 255

Políticas 98, 133, 265

Práticas 59, 79

Processo 68, 135

## **Q**

Qualidade 98, 101, 102, 110, 198, 199, 200

## **R**

Respeito 29

## **S**

Sexualidade 208, 209, 212, 267

## **T**

Tecnologias 25, 76, 123, 132, 133, 213, 217, 219, 267

TIC 25, 30, 131, 133, 214, 217, 224

Trabalho 33, 45, 86, 133, 193, 195, 198, 200, 213, 218, 247

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-568-6

